

OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE AO CRISTIANISMO

A Nova Perspectiva em Paulo versus a Perspectiva Reformada Tradicional

Reginaldo Melo
Universidade de Sheffield
regixana@hotmail.com

Resumo

Antes de debater a Nova Perspectiva em Paulo devo dizer que nem todos seus princípios são necessariamente negativos. Tem sido consenso geral no Brasil que a NPP é válida para explorar o contexto de Paulo de maneira mais profunda; essa diversidade de pensamento leva-nos de volta ao texto Paulino em si, a fim de entender os novos paradigmas que possam sobrevir e discernir os textos de forma mais abrangente. Sem dúvida que há um novo campo a ser explorado no campo da pesquisa sobre a NPP, assim, a publicação deste artigo em Português serve como estímulo ao mundo acadêmico brasileiro e português em sua percepção em relação a justificação pela fé.

Palavras-chave: Paulo, perspectivas, justificação, fé.

Abstract

Before moving toward a discussion of the NPP, I must say that not all of the NPP principles are necessarily negative. It has been the general consensus in Brazil that the NPP stirs us up to explore Paul's context more profoundly; this diversity of thought drives us back to the Pauline text itself. In virtue of this, Portuguese Pauline scholarship may approach Paul with an open eye and sound scepticism regarding new paradigms which may appear, and with an eagle-eyed approach, it needs to discern Pauline texts which suddenly may look new again. Thus it is without doubt that there is a further field yet to be explored in the field of the NPP research, and the publishing of this article in Portuguese will serve to stimulate both Brazilian and Portuguese scholars to research further into the subject and to gain new insights in relation to justification by faith.

Key words: Paul, perspectives, justification, faith.

Introdução

O conceito da Nova Perspectiva em Paulo foi introduzido pela primeira vez por Edward P. Sanders em 1977, com a publicação do livro *Paulo e o Judaísmo Palestino*.¹ Iremos considerar este volume especificamente em relação às implicações que o mesmo tem para com a Epístola aos Romanos. Para Horrell, ‘um vigoroso debate continua entre a “Perspectiva Reformada Tradicional”² e a “Nova Perspectiva em Paulo”³, e questões históricas e teológicas fundamentais formam o pano de fundo do debate.

No entanto, é importante notar que há uma diversidade considerável de interpretação sobre Paulo em ambos os lados do debate; não há tal coisa como ‘velha’ ou ‘nova’ perspectiva. ‘Também vale a pena considerar em certa medida que, apesar da vigorosa oposição, versões importantes de ambas as escolas partilham uma análise estrutural similar da teologia de Paulo em relação ao Judaísmo em argumentar, embora de forma diferente, que realmente havia substância na crítica Paulina ao Judaísmo dos seus dias.’⁴

¹ Richard Bell, *Provoked to Jealousy: The Origin and Purpose of the Jealousy Motif in Romans 9–11* (Tübingen: Mohr Siebeck, 1994), p. 187, n. 93. Wright, por exemplo, entende a contribuição de Sanders nessa direção ter sido nada mais, nada menos, que revolucionário, para Bell, esta publicação lançou as bases para uma nova interpretação de Paulo. No entanto, embora Bell reconheça a contribuição indiscutível de Sanders ao debate, i.e. que o trabalho de Sanders teve grande influência no mundo teológico anglo-saxão, ele se recusa a rotular o NPP como uma “época brilhante pós-Sanders” (cf. Nicholas T. Wright, *Interpretação do Novo Testamento*, p. 373). Certamente o background teológico de Bell tenha exercido influência sobre sua opinião; Bell é um luterano comprometido e fez seu percurso acadêmico na Alemanha.

² James G. Crossley, *Reading the New Testament: Contemporary Approaches* (London and New York: Routledge, 2010), p. 97. A “Perspectiva Tradicional de Paulo” é um rótulo tipicamente dado à erudição Paulina, influenciada pelo luteranismo, a qual sustenta que a Teologia de Paulo era uma alternativa ou reacção a uma suposta ênfase na possibilidade do indivíduo obter a salvação através das obras. Na concepção desta escola teológica Paulo enfatizou a salvação ou justificação, somente pela fé mediante a graça de Deus.

³ Crossley, *Reading the New Testament*, p. 97. “A Nova Perspectiva em Paulo” é uma reacção contra a velha ou tradicional perspectiva, inspirada principalmente no trabalho de Edward P. Sanders. Os eruditos da Nova Perspectiva tendem a enfatizar o papel da graça no Judaísmo primitivo e minimizam a ideia de que o Judaísmo dos dias de Paulo era uma religião pela qual o indivíduo ganhava sua salvação. Uma característica da Nova Perspectiva é a ideia de que Paulo estava reagindo contra o nacionalismo dentro do Judaísmo. A NPP é também uma tentativa de compreender Paulo e seus escritos (i.e. geralmente o todo do Novo Testamento) através de um novo sistema de pensamento a luz do próprio contexto de Paulo, enraizado pela escatologia bíblica e de acurada pesquisa sobre a tradição rabínica, escritos do Judaísmo do Segundo Templo e alguns outros recursos contemporâneos válidos daqueles dias.

⁴ David G. Horrell, *An introduction to the Study of Paul* (New York: T&T Clark, 2006), p. 97.

Após a sua introdução no mundo académico, a denominada “Nova Perspectiva sobre Paulo” tem sido objecto de intenso debate entre certos indivíduos.⁵ Portanto, para Horrell, vários aspectos desta nova perspectiva formam o foco central da disputa entre o clássico Protestantismo, i.e. “Velha Perspectiva em Paulo”,⁶ e os apoiantes da Nova Perspectiva em Paulo. Abaixo apresento uma visão geral do argumento essencial da NPP⁷ e embora não seja minha intenção interagir com a mesma em detalhes – em função do volume do material anteriormente dedicado ao assunto por outros⁸ – vou, no entanto, tentar destilar as questões-chave e apresentá-las sistematicamente, expondo uma visão geral.

Obviamente, a escolástica do Novo Testamento foi profundamente marcada por Edward P. Sanders e sua pesquisa “revolucionária” sobre o Judaísmo do primeiro século e por sua comparação dos “padrões da religião”, fruto da sua análise entre escritos do Segundo Templo (200 a.C.-d.C. 200)⁹ e termos usados pelo apóstolo Paulo em suas cartas aos cristãos do século I. E.P. Sanders gerou uma mudança expressiva nos estudos paulinos, propagando uma visão distinta sobre a relação de Paulo com judeus de seu tempo e propondo uma abordagem distinta para alguns conceitos paulinos fundamentais, tais como a justificação, a salvação, a lei e a justificação, inaugurando assim o caminho para a Nova Perspectiva Paulina desenvolver-se, fornecendo subsequentemente, a base fundamental para os múltiplos ramos que despontaram.

1. Background de Edward P. Sanders

Embora E.P. Sanders goze da reputação em prover a raiz para o florescimento da NPP, seu argumento não é de todo novo. De fato, vários autores antes dele contestaram a visão clássica paulina defendida pela tradição luterana e outros reformadores, especialmente acerca da percepção do Apóstolo Paulo sobre o Judaísmo do século I.

De fato, a reacção contra o Judaísmo preconizado por Lutero começou em 1894 com C.G. Montefiore, renomado reformador judeu, que denunciava firmemente “a

⁵ Exponentes da NPP: E. P. Sanders, 1977; Nicholas T. Wright, 1997; 2005; James Dunn, 2005; Michael Thompson, 2007.

⁶ Exponentes Velha Perspectiva incluem, por exemplo, Mark Seifrid, Richard Bell, Seyon Kim *et al.*

⁷ A partir deste ponto, toda alusão à Nova Perspectiva em Paulo será abreviada para NPP.

⁸ Refiro-me ao contexto académico Anglo-Americano e Escandinavo, e não ao contexto de língua portuguesa.

⁹ Em especial a Literatura Tanaitica (33–238), os Pergaminhos do Mar Morto (239–321), os Apócrifos e os Pseudepígrafos (329–418), como referenciado por P.M. Sprinkle, ‘The Old Perspective on the New Perspective: A Review of Some Pre-Sanders’ Thinkers’, *Themelios* 2 (Spring 2005), pp. 29-30.

tendência dos teólogos cristãos em confinar o Judaísmo a obscuridade, contra a qual a teologia de Paulo poderia brilhar”.¹⁰ Montefiore argumentava que a literatura rabínica focava no valor do arrependimento e o viver pela fé “na mesma medida que Paulo”, apresentando um Deus misericordioso, disposto a perdoar atozes infracções à lei a todos aos que demonstrassem arrependimento. Além disso, as obras de W. G. Kümmel e Paul Althaus¹¹ apontam para distinções entre a conversão de Paulo e a Reforma Luterana, bem como sobre as doutrinas da justificação de ambos.

Krister Stendahl foi outro teólogo a reinterpretar Paulo. Em certa medida, ele preparou terreno para Sanders, ao afirmar que escolásticos do Novo Testamento devem interpretar Paulo em termos do ambiente religioso de seus dias; assim, Stendahl desencoraja exegetas paulinos de lerem a experiência e o ensino de Paulo através das ‘lentes introspectivas e conflitos pessoais de Martinho Lutero’.¹²

2. O ‘Nomismo do Pacto’ de Edward P. Sanders

Em seu trabalho, “Paulo e o Judaísmo Palestino” (1977), Sanders argumenta que o “padrão” do Judaísmo do Segundo Templo não focava em uma religião predominantemente legalista, baseada em boas e más obras. Pelo contrário, ele propõe que o Judaísmo palestino confiava na eleição de Israel por Deus e em sua graça para com seu povo. Sanders cunhou o termo como o “Nomismo da Aliança/ou Pacto” para qualificar esse ‘padrão de religião’, em sua visão, “...o lugar de alguém no plano de Deus é estabelecido com base na aliança e que tal aliança exige como resposta adequada do homem sua obediência aos seus mandamentos, ao mesmo tempo que proporciona meios de expiação pela transgressão”.¹³

Em suma, Sanders consente que, “...o lugar de alguém no plano de Deus é estabelecido com base na aliança”.¹⁴ Sanders defende que Paulo foi mal interpretado na Reforma clássica e seu principal ponto de discórdia é a visão clássica luterana que Paulo estava argumentando em seus escritos contra uma cultura judia ‘legalista’ que procurava

¹⁰ F. Thielman, ‘Law’ in *Dictionary of Paul and His Letters* (eds. Gerald F. Hawthorne, Ralph P. Martin and Daniel G. Reid; Downers Grove, IL: Inter Varsity Press, 1993), pp. 529-542, 530.

¹¹ Paul Althaus, *Paulus and Luther uber den Menschen* (Michigan: G. Mohn, 2nd edn, 1951), as referenced in Peter Stuhlmacher, *Revisiting Paul's Doctrine of Justification: A Challenge to the New Perspective*, p. 42.

¹² Krister Stendahl, *Paul Among Jews and Gentiles* (London: SCM Press, 1977), pp. 78-96.

¹³ Edward P. Sanders, *Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion* (London: SCM Press, 1977), p. 75.

¹⁴ Sanders, *Paul and Palestinian Judaism*, p. 75.

ganhar a salvação por ‘auto-obras de justiça’, asseverando, ao invés disso, que Paulo visava despir os judeus de sua ostentação e vanglória, de imporem-se sobre seu orgulho nacional como os eleitos e escolhidos do Deus da Aliança.

Sanders sugere uma nova interpretação para a expressão Paulina ‘as obras da Lei’, dizendo referir-se exclusivamente as ‘normas nacionais’ em forma do tríplice preceito judaico: i.e. a circuncisão, o sábadó e as leis dietéticas. Para Sanders, o Judaísmo não era, na época de Paulo, uma ‘religião legalista baseada em méritos’, mas uma religião de graça. Suas ‘obras’ não visavam alcançar a salvação, mas sim demonstrar que eram o povo de Deus e o povo da aliança.

Nesse sentido, Sanders declara que a tradicional dicotomia ‘fé versus obras’ não está presente nos escritos de Paulo, mas sim, ‘as práticas judaicas versus os instrumentos inclusivos da fé’ (i.e. que permitem aos Gentios entrar na aliança); há portanto, nesse ponto, uma completa ruptura com a visão luterana primária sobre Paulo. Em resumo, se o ‘Nomismo da Aliança’ era o foco principal sob a qual os judeus entendiam a Lei, o obedecer aos mandamentos significava apenas que estavam mantendo ‘fidelidade à aliança’ ao invés de agir em legalismo.

De facto, a obra de Sanders torna-se o ponto de vista aceito entre alguns eruditos, provendo informações sobre o contexto histórico do Novo Testamento, que na visão da NPP, influencia nossa percepção ocidental do Judaísmo. Argumenta-se – segundo alguns – que Sanders desmistifica certas caricaturas alienadas contra o Judaísmo, desenvolvidas durante os últimos séculos, com base em uma perspectiva dogmática luterana sobre Paulo. Em suma, para estes, Sanders realçou a importância da compreensão judaica do primeiro século sobre a estrutura e o padrão da lei ao longo da história redentora, pois, como argumentam tanto os que são pró ou anti-Sanders (em particular), ou a NPP (em geral), tal gera sérias implicações para a nossa perspectiva e interpretação da interacção de Paulo com os judeus de seu tempo e consequentemente, das intenções e doutrina de Paulo. A influência do debate no mundo de língua portuguesa

3. A influência do debate no mundo de língua portuguesa

A partir deste ponto, irei explorar a influência e a recepção — se a mesma teve um impacto positivo ou negativo — que a NPP teve no debate teológico de língua portuguesa. A discussão se revolve em torno da aplicação teológica prática e encontra o

seu apogeu no desenvolvimento da doutrina da justificação, como ensinada por Paulo em Romanos e Gálatas.

Como tal, o argumento centra a sua atenção na expressão Paulina “ἔργων νόμου” (obras da lei), que ocorre oito vezes nessas cartas: duas vezes em Romanos (Rm 3.20, 28), e seis vezes em Gálatas (Gl 2.16; 3.2, 5; 3.10). No Cristianismo Evangélico/Reformado a expressão “obras da lei” contém um sentido negativo e é vista como parte da polémica do Apóstolo Paulo contra o sistema judaico de salvação pelas obras e mérito humano. Consequentemente, neste contexto (i.e. Reformado) Paulo usa a expressão para se referir aos judeus que buscam ganhar mérito diante de Deus pelas obras, portanto, nunca foi intenção do Deus da Bíblia prover salvação através da observância da Lei de Moisés.

Assim, a reacção contra a NPP no mundo de língua portuguesa não foi diferente do resto do mundo académico na Europa e EUA em geral. Assim, em Augusto Nicodemus Lopes, graduado da Westminster Theological Seminary nos EUA e professor no Instituto Andrew Jumper, a NPP encontrou seu adversário mais eminente no mundo de língua portuguesa. Em sua breve crítica à NPP,¹⁵ sustentada por Donald A. Carson, John Piper, Lingon Duncan e Sinclair Ferguson, Lopes segue a mesma linha de pensamento da linha reformada conservadora, a qual argumenta que no pensamento Paulino a salvação não pode ser obtida pelas obras da lei.

No entanto, Professor Brian Kibuuka objecta a visão de Nicodemus Lopes, retorquindo que é exatamente isso que James Dunn esclarece em seu livro sobre o NPP.¹⁶ Desta forma, Kibuuka diz que, devido à sua forte influência no seio do Evangelicalismo conservador e reformado, a abordagem de Lopes anula literalmente qualquer escopo da pesquisa sobre a NPP em seu contexto; na opinião de Kibuuka, Lopes incorre em erro ao não fazer distinção entre a frágil e ao mesmo tempo radical abordagem de E.P. Sanders e o ponto de vista exposto por James Dunn e Nicholas T. Wright.¹⁷

Kibuuka argumenta que esta demonização acrítica da NPP da parte de Lopes gerou uma rejeição fundamentalista por parte da escolástica brasileira. De acordo com

¹⁵ Augusto Nicodemus Lopes, ‘A nova Perspectiva sobre Paulo: um estudo sobre as ‘obras da lei’ em Gálatas’, *Fides Reformata* 12.1 (2006), pp. 83-94. Todavia, adianto que há pouca coisa em sua breve abordagem, que não tenha sido discutida em detalhe nesta tese.

¹⁶ Comunicação Pessoal com Prof. Brian Kibuuka (entrevista Skype). Kibuuka prefacia a Edição Portuguesa do volume de língua portuguesa de James Dunn sobre a Nova Perspectiva sobre Paulo, ed. 2011.

¹⁷ Ibid.

Kibuuka, ambas as instituições marginalizaram o assunto, evitando uma abordagem mais significativa provocada pelo debate na Europa e nos EUA, que em sua óptica, oferece uma leitura mais adequada do Judaísmo dos dias do Apóstolo Paulo e uma abordagem mais crítica daquele concebido pela Reforma Protestante.¹⁸

Neste ponto, gostaria de chamar à atenção para outro ponto que motivou a rejeição brasileira da NPP. O erudito brasileiro Leonardo Moraes diz que o foco da NPP é sobremaneira ecumênico¹⁹ e baseia seu argumento na seguinte declaração de N.T. Wright, a qual parafraseio:

A doutrina Paulina da justificação pela fé obriga as igrejas, em seu actual estado de fragmentação, ao dever ecumênico. Não é justo que uma doutrina que reúne a mesma família em Cristo (cf. Gal. 2) possa ser usada para acusar outros de pertencer a uma família diferente, apenas por causa de questões de interpretação.

Em outras palavras, para Wright, ‘a doutrina da justificação não é meramente uma doutrina sobre a qual católicos e protestantes concordam após um compromisso ecumênico extenuante. A justificação é uma doutrina ecuménica, que condena agrupamentos dentro das igrejas, declarando que todos os crentes em Jesus pertencem à mesma família. A doutrina da justificação é, de fato, a grande doutrina ecuménica.’²⁰

Pessoalmente, penso que Moraes tem em mente a redefinição de N.T. Wright da doutrina da justificação pela fé. Wright afirma que quando Paulo escreveu sobre a justificação, sua preocupação era *corporativa, nacional, racial e social* — não *individual e salvífica*. No conceito de N.T. Wright a justificação não se refere apenas à soteriologia ou à doutrina da salvação, mas ajusta-se mais especificamente na categoria da Eclesiologia. Assim, para Moraes, esta redefinição da doutrina da justificação pela fé é o maior e mais imediato perigo introduzido pela NPP.²¹

No entanto, faz-se necessário definir em que medida esta insinuação ecuménica é concebida por Wright. Terá ele em mente apenas o Cristianismo? Ou deixa em aberto a

¹⁸ Ver o prefácio de Kibuuka da edição brasileira do volume de James G. Dunn, *A nova perspectiva sobre Paulo* (São Paulo: Academia Cristã, 2011), p. 21. É bastante óbvio que Kibuuka favorece uma análise mais profunda da NPP antes de lançar um olhar crítico sobre o assunto. Para ele, o volume de James Dunn sobre a Nova Perspectiva é um excelente contribuição para uma discussão contemporânea sobre Paulo. Como dito por Kibuuka durante a entrevista, o lançamento deste trabalho pode estimular novas pesquisas e um melhor posicionamento crítico dos leitores de língua portuguesa.

¹⁹ Leonardo Moraes, ‘Uma Réplica Exegética à Nova Perspectiva Sobre Paulo em Gálatas’ (Tese MTh. não publicada, Lisboa, Instituto Bíblico Português, 2015), p. 10.

²⁰ Nicholas T. Wright, *What St Paul Really Said* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1997), p. 119.

²¹ Ibid. p. 119.

inclusão dos judeus nessa aliança, concebendo que os mesmos têm uma relação ecuménica e não apenas uma relação inter-religiosa com Deus? Se assim for, pela fé em quem?

Em todo caso, dependendo a quem Wright se refere, não sou completamente contra sua percepção neste sentido. Considero que alguém é cristão independente da confissão (e.g. Católico Romano, Anglicano, Cristão Ortodoxo, Coptico, Siríaco, Reformado ou Evangélico) à qual pertence. Acima de tudo, este ensaio argumenta que a relação pessoal com Deus é aquilo que define o cristão e portanto, na minha concepção pessoal, a orientação cristã confessional ou o rótulo denominacional não é sequer tido em conta no Novo Testamento.

O próprio Messias disse: “...Edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (cf. Mt 16.18). Claramente, Ele referia-se a um organismo vivo e corporativo, um corpo espiritual invisível e indivisível, composto por pessoas de todas as nações e línguas, e não de um edifício físico ou de qualquer rótulo confessional ou denominacional.

De fato, no pensamento Paulino, justificação pela fé implica uma vida de fruto, pautada por um relacionamento pessoal com Deus e submissão à sua vontade divina. Em suma, σωτηρία (i.e. salvação) em Cristo e κοινωνία (i.e. comunhão) com Deus é algo místico e empírico, que envolve o Senhorio de Jesus Cristo, fruto de intimidade pessoal e profunda com Deus. Por este prisma, o Evangelho de Paulo não pode ser confinado a um rótulo confessional ou denominacional. Dito isto, a sua proclamação visa confrontar as pessoas com a sua mensagem, mas em termos factuais, é Deus quem julga quem ou quem não é cristão.

No entanto, argumento que no pensamento Paulino, relacionamento e a fé pessoal em Deus é algo confinado apenas ao Cristianismo Histórico e se restringe apenas ao escopo teológico da revelação contida no Novo Testamento. A mensagem de Paulo é dogmática; para ele, Jesus via a Igreja é a única forma possível de nutrir um *relacionamento com Deus*. Assim, a Eclesiologia é de suprema importância para Paulo, é certo que para ele, o modelo de igreja tem suas bases na Bíblia, o Livro de Deus, e é guiada e estabelecida em conformidade com a doutrina apostólica (cf. At 2.42; Rom 1.16; Ef 5.23-32).

Esta é talvez a maior dificuldade da escola de pensamento da NPP, esta escola de pensamento distorce o Novo Testamento propondo uma soteriologia de duas vias, i.e. o povo judeu alcança a salvação por meio de “entrar” e “permanecer” no cognominado

nomismo da aliança/ou pacto, e o “Evangelho da Graça” serve como provisão salvífica para os gentios.²² Receio dizer isto, mas tal ensino não se enquadra na Teologia Paulina.

²² Peter Stuhlmacher, *Revisiting Paul's Doctrine of Justification: A Challenge to the New Perspective* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2001), pp. 93-133.

REFERÊNCIAS

- ALTHAUS, Paul, *Paulus and Luther uber den Menschen* (Michigan: G. Mohn, 2nd edn, 1951), as referenced in Peter Stuhlmacher, *Revisiting Paul's Doctrine of Justification: A Challenge to the New Perspective*
- BELL, Richard, *Provoked to Jealousy: The Origin and Purpose of the Jealousy Motif in Romans 9–11* (Tübingen: Mohr Siebeck, 1994)
- Comunicação Pessoal com Brian Kibuuka (entrevista Skype).
- CROSSEL, James G, *Reading the New Testament: Contemporary Approaches* (London and New York: Routledge, 2010)
- HORRELL, David G., *An introduction to the Study of Paul* (New York: T&T Clark, 2006)
- LOPES, Augusto Nicodemus, 'A nova Perspectiva sobre Paulo: um estudo sobre as 'obras da lei' em Gálatas', *Fides Reformata* 12.1 (2006)
- MORAES, Leonardo, 'Uma Réplica Exegética à Nova Perspectiva Sobre Paulo em Gálatas' (Tese MTh. não publicada, Lisboa, Instituto Bíblico Português, 2015)
- SANDERS, Edward P., *Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion* (London: SCM Press, 1977)
- STENDAHL Krister, *Paul Among Jews and Gentiles* (London: SCM Press, 1977)
- STUHLMACHER, Peter, *Revisiting Paul's Doctrine of Justification: A Challenge to the New Perspective* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2001)
- THIELMAN, F., 'Law' in *Dictionary of Paul and His Letters* (eds. Gerald F. Hawthorne, Ralph P. Martin and Daniel G. Reid; Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1993)
- WRIGHT, Nicholas T., *What St Paul Really Said* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1997).